



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **Projeto Político Pedagógico: uma nova perspectiva na Escola Dom Henrique Ruth (2014-2015)**

**Cristina Ferreira Enes**

*Universidade Federal do Acre*

*cris\_enes\_czs@hotmail.com*

### **RESUMO**

Este artigo propõe a reelaboração do Projeto Político Pedagógico como instrumento que reflete a proposta educacional da Escola Dom Henrique Ruth. A consolidação da educação básica como componente da educação escolar e como direito de todos os cidadãos é um objetivo de toda a sociedade brasileira. Por isso, além de garantir as condições de acesso e permanência de crianças, jovens e adultos é necessário construir um projeto político-pedagógico de educação básica de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população. Este estudo busca melhorar a qualidade da educação pública para que todos os estudantes aprendam mais e melhor, centrada na tríplice finalidade da educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho, dando ênfase especial no tocante à realização de um diagnóstico atual da escola, reelaboração do quadro de fundamentação curricular ênfase nas: matrizes do Enem, Seape e Saeb e nos pilares da educação mundial; elaboração do quadro do Programa de distorção idade x série – PEEM, do Programa de Estágio, do Pronatec, do Programa do Ensino Médio Inovador, do Programa de Educação Inclusiva; inserção Curricular da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e atualização do quadro dos trabalhos desenvolvidos pela escola na relação família-escola através da participação efetiva da comunidade escolar. O projeto político-pedagógico é um mecanismo eficiente, capaz de proporcionar a escola condições de planejar, buscar meios, pessoas e recursos para a efetivação do mesmo. Nesse sentido, é parte de uma construção coletiva e busca consolidar os ideais de uma escola democrática, inclusiva e abrangente.

**Palavras-chave:** Projeto político pedagógico, Construção coletiva, Qualidade da educação básica.

### **INTRODUÇÃO**

Segundo Libanêo (2004, p.35 ) projeto político pedagógico é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. Na verdade, o projeto político pedagógico é a expressão da cultura da escola com sua (re) criação e desenvolvimento, pois expressa a cultura da escola, impregnada de crenças,



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram de sua elaboração. Assim, o projeto orienta a prática de produzir uma realidade.

Assim sendo, é necessário conhecer esta realidade, fazer uma reflexão sobre ela, planejar as ações para a construção da mesma. É imprescindível que, nas ações estejam contempladas as estratégias mais adequadas para atender as necessidades sociais, culturais e individuais dos estudantes.

Com o objetivo de definir princípios para orientação das atividades de ensino a Escola Dom Henrique Ruth reelaborou o seu Projeto Político Pedagógico. Reelaborar o PPP da Escola Dom Henrique Ruth a fim de refazer os objetivos, missão e concepção de educação, valores e metas e acrescentar leis e portarias mais recentes de gestão, como Educação Inclusiva, Programa de distorção Idade x Série (PEEM) Programa Especial de Ensino Médio, Programa de Estágio, Programa Ensino Médio Inovador, Avaliação Interna e Externa (Seape, Enem, Saeb), Programa Pronatec, Projetos de Educação Ambiental com ênfase na Agenda 21, inserção Curricular da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como os trabalhos desenvolvidos pela Escola na relação família e escola através da participação efetiva da comunidade escolar; realizar um diagnóstico na escola, analisando a situação atual da mesma; revisar o item do PPP: Objetivos, Missão e Concepção de Educação, Valores e Metas; reelaborar o quadro da fundamentação metodológica com ênfase no letramento; reelaborar o quadro da avaliação do processo ensino x aprendizagem, de acordo com a Resolução 15/2002; atualizar o quadro dos trabalhos desenvolvidos pela escola na relação família e escola. A concepção do documento ocorreu de modo a permitir contemplar, os interesses prioritários de todos os segmentos da escola, bem como suas expectativas de diálogo produtivo e renovador com a sociedade. Foi motivada a discussão por parte de alunos, pais, funcionários e professores, bem como participação e a contribuição da comunidade, embora não tenhamos tido muita participação, tendo em vista o curto espaço de tempo que todos dispunham.

Foram recebidas manifestações, sugestões e críticas. Após uma sistematização, por membros dos diversos segmentos, procurando atender as prioridades coletivas. O empenho em contemplar, na



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

medida mais ampla possível, todos os envolvidos em suas ações, tem como resultado a reelaboração do Projeto Político Pedagógico. O processo representou, em termos históricos, para a instituição, além de um trabalho de articulação de segmentos e discussão ampla, uma autoavaliação fundamental. As perspectivas traçadas foram definidas em razão do debate sobre os problemas vividos no passado e no presente, e da necessidade de encaminhamentos práticos e racionais de flexibilização de procedimentos e adequação de posturas educativas às expectativas da própria comunidade.

Confiamos que a sociedade seja cada vez mais capaz de integrar forças dedicadas ao benefício coletivo, afirmando a importância da ética e da capacidade de reflexão sobre os problemas sociais. Reforçamos assim, através do Projeto Político Pedagógico a compreensão da Dom Henrique Ruth como instituição capaz de cumprir responsabilidades e fomentar transformações.

Desejamos contribuir para a sustentação de prioridades e o enfrentamento de desafios, com senso de empreendimento e determinação em pensar constantemente sobre nossas próprias ações, avaliando resultados e perspectivas.

## METODOLOGIA

No início do mês de janeiro, a equipe gestora da Escola Dom Henrique Ruth reuniu para momentos de discussão e leitura acerca do Projeto Político Pedagógico. Dificuldades foram encontradas, pois era um momento de férias para o segmento de professores, alunos, funcionários de apoio da Escola. Mesmo assim foram realizados convites, compareceram representatividade de professores, pais mais atuantes na Comunidade Escolar, representatividade de alguns funcionários e alunos. O processo representou para a instituição um momento de articulação de segmentos com ampla discussão e autoavaliação. Foram criadas as equipes de trabalho que realizaram em seguida as avaliações diagnósticas com todos os segmentos para a coleta de dados. Foram realizadas muitas leituras de Legislação Educacional, acompanhadas de muita discussão.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Agendamos reuniões com representatividade de pais para leitura da Lei do Estágio, pois consideramos necessário a família conhecer a legislação que regulamenta a primeira experiência profissional dos estudantes.

Noutro momento, foi realizado o estudo sobre a Lei Ambiental, Agenda 21 com representantes de professores, coordenadores e alunos. Neste momento, percebeu-se a necessidade de convidar um técnico na área de educação ambiental, pois aconteceram dúvidas quanto as estratégias de trabalho a serem desenvolvidas no espaço extraescola. No momento que as atividades letivas iniciaram aplicou-se um questionário sócioeconômico entre os estudantes. Observou-se através da tabulação dos dados que os jovens da comunidade Dom Henrique Ruth são oriundos dos mais diversos bairros de Cruzeiro do Sul e de alguns municípios circunvizinhos.

No início do ano letivo foi realizada também, a aplicação da avaliação diagnóstica nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática para análise de aprendizagem dos anos anteriores. Houve constatação de que muitos dos jovens apresentam dificuldades na leitura e produção textual. Após análise dos resultados com os professores das áreas em questão foram definidas metas, ações e habilidades em que os alunos não obtiveram um bom resultado, assim como uma reavaliação de metodologias e conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas avaliadas.

Neste estudo, buscamos transformar a instituição num lugar onde se desenvolvam novas experiências e competências contribuindo para melhorar nossa sociedade, sempre partindo das experiências de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, incentivando-os a expressarem suas opiniões, participando ativamente do processo ensino-aprendizagem.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o compromisso de dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; novas abordagens e metodologias foram inseridas no P. P. P.. A partir de orientações da Secretaria de Estado e Educação (SEE) iniciamos a 1ª etapa do projeto, que foi o esclarecimento para a comunidade escolar e a conscientização para que todos participassem desse processo. A seguir foram criadas as equipes de trabalho que realizaram em seguida as avaliações



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

diagnósticas com todos os segmentos para a coleta de dados. Logo após, o grupo responsável apresentou para a equipe os resultados da avaliação para a sistematização dos mesmos.

As reuniões subsequentes foram organizadas com os professores e equipe pedagógica para discussão, definição da fundamentação filosófica e identificação dos problemas, metas e ações. Nesse sentido, temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma pedagogia crítica viável que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola.

Durante as discussões e leitura da Lei do Estágio, os representantes dos mais diversos segmentos da comunidade escolar decidiram celebrar um termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar inseridos no PPP.

Durante o estudo da bibliografia da Lei Ambiental estiveram presente para a discussão representantes do IMAC, IBAMA que, em parceria com os representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar planejaram e traçaram ações que pudessem ser desenvolvidas no âmbito escolar para transformar e aprimorar a relação entre os seres humanos e desses com o ambiente.

Durante a leitura da Legislação da Educação Inclusiva estavam reunidos técnicos da Educação Inclusiva, coordenadores, professores, psicólogos, assistentes sociais para definição de estratégias de trabalho, metas, ações que possam atender ao público alvo: estudantes com necessidades especiais. Inicialmente aconteceu o levantamento de alunos com necessidades especiais, verificou-se a necessidade de recursos didático-pedagógicos para melhorar a dinâmica das salas de recursos. Buscou-se parcerias de apoio à Escola em relação às necessidades especiais não vinculadas à deficiência como dislexia, déficit de atenção, apoio ao trabalho desenvolvido com alunos deficientes (construção de blog, coral, teatro e outras apresentações), um atendimento para a superdotação, práticas e atribuições das salas de recursos na área de deficiência intelectual.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Quanto ao estudo das leis étnico-raciais na Escola Dom Henrique Ruth boa parte das iniciativas desenvolvidas estavam atreladas as atividades relacionadas as datas comemorativas e ao planejamento anual dos docentes. Para que aconteça o fortalecimento da cultura afro-brasileira, coordenadores, professores, representatividade de estudantes realizaram um planejamento de ações para que a concretização da temática seja realizado de maneira efetiva.

A Escola realizou uma análise situacional com a participação de todos os segmentos, e levantou os seguintes problemas: no que se refere à efetividade do processo ensino-aprendizagem detectou-se que a escola cumpre as 4h diárias de efetivo trabalho escolar; os professores participam efetivamente das horas destinadas ao planejamento na escola; alunos preocupados apenas em tirar a média 5,0 (classificatória); acervo bibliográfico razoável e o laboratório de informática ainda não é utilizado por todos os professores pois o número de computadores é insuficiente para o número de alunos e o serviço de acesso a internet é muito lento. Quanto ao item gestão de pessoal observou-se que os cargos e funções da escola não estão preenchidos de acordo com as normas vigentes (falta pessoal). Quanto aos recursos financeiros, os recursos são oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação( FNDE) e Ensino Médio Inovador.

No início do ano letivo a Escola de acordo com orientação da SEE realizou uma avaliação diagnóstica com os discentes com o objetivo de verificar aprendizagem dos mesmos no ano anterior. Em síntese constatou-se que:

**Língua Portuguesa:** os alunos em todas as séries apresentaram não terem desenvolvido a competência em produção textual, baseadas nas habilidades de analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção e percepção. A escola sugeriu aos professores priorizarem trabalho com interpretação de textos para ampliar o conhecimento dos alunos.

**Matemática:** os alunos são capazes de identificar, representar e utilizar o conhecimento geométrico para o aperfeiçoamento da leitura, da compreensão e da ação sobre a realização e o meio em que vive. Portanto, percebemos que somente 20% dos educandos conseguem transcrever mensagens matemáticas da linguagem corrente para a linguagem simbólica através de equações e



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

fórmulas. E apenas 14% são capazes de selecionar e interpretar as informações relativas ao problema para formular hipóteses e prever resultados.

Após análise desse diagnóstico concluiu-se que a maioria dos discentes possui deficiências para organizar e colocar em prática seu raciocínio que é de fundamental importância para desenvolver as habilidades e competências analisadas. E ainda, os alunos demonstraram que não são capazes de estabelecer relações entre os conceitos para construir as pontes de ligação entre o conhecimento matemático e a vida prática, o que leva a um frequente fracasso na disciplina. Cabe ao educador desta área incentivá-lo a desenvolver o senso crítico de forma que o educando esteja sempre apto a aprender a adaptar-se a novas situações e a assumir seu papel de cidadão.

Educar e avaliar são duas ações que fazem parte do mesmo processo. A avaliação é reflexão transformada em ação, pois subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos e educadores, tendo em vista garantir a qualidade do processo educativo.

A avaliação do desempenho dos alunos deve ser entendida sempre como um instrumento a serviço da aprendizagem, da melhoria do ensino do professor, do aprimoramento da escola. É feita de forma global, ampla, múltipla e tem por objetivo verificar o seu desenvolvimento. Esse processo emerge do Projeto Político Pedagógico e pretende viabilizar a competência de todos os alunos para participação democrática na vida social a fim de exercer a cidadania.

A avaliação na escola D.H.R., segue as orientações respaldadas na LDB 9394/96 e o Parecer CEE nº 15/2001: “Avaliação contínua do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assim como dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais”.

A recuperação como parte do processo da avaliação escolar é uma orientação periódica e contínua de estudo, com criação de novas situações de aprendizagem para assegurar aquisição padrão mínimo, definido como satisfatório para a garantia da qualidade e do sucesso, expresso na nota.

Após análise dos resultados com os professores de todas as áreas em questão definiram metas, ações e habilidades em que os alunos não obtiveram um bom resultado, assim como uma reavaliação de metodologias e conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas avaliadas. O aluno deve se reconhecer nos conteúdos e modelos sociais apresentados pelos professores. Dessa forma a



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

educação oferecida na Escola D.H.R. busca desenvolver um homem com capacidade para descobrir, desenvolver, recriar, compreender e transformar o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumento, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada de forma ativa na democratização da sociedade.

### CONCLUSÃO

A reelaboração do Projeto Pedagógico da Escola Dom Henrique Ruth foi efetivada porque a equipe gestora e demais segmentos da comunidade escolar percebeu que os princípios já não correspondiam às aspirações, a clientela é outra, aconteceram mudanças na comunidade e o contexto escolar teve alterações: introdução da Educação Inclusiva, história e da cultura afro-brasileiras, educação ambiental, a Lei do Estágio, atualização do quadro de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem e demais acomodações que se fizeram necessárias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos estudantes.

Planejar, monitorar e avaliar as próprias ações constitui-se em condições fundamentais para o sucesso de qualquer unidade social e é imprescindível numa instituição pedagógica, como é o caso da D.H.R. acreditando que o êxito do trabalho, depende da integração compromissada de todos os elementos que compõe o quadro de recursos humano da referida escola, empenhada na causa educacional e consciente no seu dever e responsabilidade.

Este projeto oportuniza aos discentes a aquisição de conhecimentos e respectivos aprofundamentos com vistas a intervirem individual e coletivamente na comunidade; formar cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência e responsabilidade na sociedade em que estão inseridos; promover atividades que permitam o fortalecimento dos vínculos entre a comunidade e a escola; fortalecer os encontros pedagógicos, ressaltando a importância da avaliação no processo ensino-aprendizagem; inserir os recursos tecnológicos que a escola dispõe para aprofundamento e dinamização dos conteúdos; reduzir o alto índice de reprovação nas disciplinas das áreas exatas; reduzir o índice de evasão; assegurar o planejamento interdisciplinar; incentivar o hábito de leitura entre os discentes. É um Projeto construído e



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. A metodologia utilizada é a pesquisa – ação, pois se trata de uma pesquisa qualitativa planejada e executada tendo relação com a ação /ou resolução de problema coletivo, onde houve um envolvimento do pesquisador com os personagens da situação de modo participativo, tendo muito a oferecer neste universo da prática de gestão. Assim, esta pesquisa deu-se num processo de envolvimento do pesquisador com os segmentos interessados da escola. Sendo assim as fases para esta pesquisa aconteceram da seguinte forma: inicialmente deu-se a revisão bibliográfica, seguido da revisão do projeto de intervenção, aplicação de um questionário em todos os segmentos da escola para diagnosticar a real situação da mesma. Convocação dos representantes do segmento de pais, alunos, professores e funcionários para análise, reelaboração e atualização do P.P.P..

Apesar de se constituir enquanto exigência normativa, o Projeto Político-Pedagógico é antes de tudo um instrumento ideológico, político, que visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar. De acordo com Betini (2005, p.38), “o projeto político-pedagógico mostra a visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas. Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar. A questão principal do planejamento é então, expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto político-pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação- reflexão”.

O PPP é importante para a organização da escola em consonância com alunos, professores, funcionários, pais e comunidade funcionando como base para resolução de problemas, ajudando a perceber a importância da organização do mesmo pelos próprios integrantes da escola que vivenciam as dificuldades encontradas na prática educativa.

A Escola D.H.R., reestrutura seu projeto político pedagógico que é um desafio importantíssimo dado a responsabilidade e complexidade de cada ação, que precisa ser coerente,



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

consistente e condizente com a superação constante de limitações, dificuldades e realização dos objetivos.

## REFERÊNCIAS

BETINI, Geraldo Antônio. **A construção do Projeto Político- Pedagógico da Escola**. São Paulo. Revista Pedagógica Unipinhal, v.01, n.03,jan/dez, 2005.

Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**,1999.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GARCIA, R. M. C. **Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.12, n.03, p.299-316, set./dez. 2006

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ( Lei nº 9.394/96 )**. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.

**Lei da Igualdade Racial (Lei nº10639)**. 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

**Lei do Estágio (Lei nº 1788/2008)**, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CD2239D012CDFC2CA6F44A7/capa-cartilha-estagio-web.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014

**Parecer do Conselho Estadual de Educação do Acre que regulamenta o Sistema de Avaliação CEE nº 15/2001**

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2004.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15.ed. Campinas: Papyrus Editora, 2002.